

Veículos	20	734.104	(734.104)	0	734.104	(734.104)	0	734.104	(734.104)	0
Móveis e Utensílios	10	42.804	(42.804)	0	42.804	(42.804)	0	42.804	(42.804)	0
Cultura Permanente	0	20.134.815	0	20.134.815	20.134.815	0	20.134.815	20.134.815	0	20.134.815
TOTAL		24.387.507	(3.139.393)	21.248.114	24.362.507	(3.067.701)	21.294.806	24.362.507	(2.996.009)	21.366.498

A Administração não adotou o CPC 27 neste exercício. Os possíveis reflexos no valor das terras não foram mensurados.

(NOTA 6) – Intangível: Compõe as contas de gastos administrativos líquidos incorridos, necessários para a organização da fase pré-operacional até 2009 e serão mantidos no Intangível até o início da operação, quando serão amortizados no período de 5 anos. Os gastos ocorridos no exercício de 2010 foram classificados no resultado do exercício.

É composto por:				Está representado por:			
DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	31/12/09	DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Salários a Pagar	2.941	1.878	1.829	IRRF	8.747	7.878	7.694
Previdência Social a Recolher	71.448	71.293	70.295	PIS sobre Faturamento	14.883	14.883	14.883
FGTS a Recolher	31.339	30.793	30.450	Cofins sobre Faturamento	68.690	68.690	68.690
Contribuição Sindical a Recolher	72	72	72	ICMS	229.652	229.653	229.653
INSS sobre 13º Salário	2.097	2.097	2.097	TOTAL	321.972	321.104	320.920
FGTS sobre 13º Salário	1.592	1.397	1.312				
TOTAL	109.489	107.530	106.055				
(NOTA 7) - Encargos e Contribuições Sociais a Recolher Esses Encargos e Contribuições estão pendentes de pagamento desde 2002 e não estão sendo calculados multa e juros.				(NOTA 8) - Impostos e Taxas a Recolher Esses Impostos estão pendentes de pagamento desde 2002 e não estão sendo calculados multa e juros.			
É composto por:				É composto por:			
DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	31/12/09	DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Diversos	0	1.983	0	Processo Trabalhista (Curto Prazo)	71.637	71.637	166.667
Polífer Ind. E Com. De Prod. Plásticos Ltda	0	2.377	0	Processo Trabalhista (Longo Prazo)	0	66.667	133.333
Natural Solutions Ind. Insumos Agrícolas	2.040						
Balanças Padrão Ltda.	21.000						
Conta Corrente – Sócios (a)	3.117	3.117	3.117				
TOTAL	26.157	7.477	3.117				
(NOTA 9) - Contas a Pagar (a) Refere-se a empréstimo de sócios sem a incidência de encargos financeiros desde 2009				(NOTA 10) - Processos Trabalhistas São processos judiciais movidos pelo Ministério do Trabalho, referente à multa por descumprimento de leis trabalhistas			

É composto por:				(NOTA 11) - Conta Corrente - Sócios			
DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	31/12/09	DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Cone Consultoria Negócios S/C Ltda.	1.069.535	856.976	614.604	São empréstimos de sócios sem a incidência de encargos financeiros, representado por:			
Coneg Consultoria Informática S/C Ltda.	710.276	710.276	710.276				
TOTAL	1.779.811	1.567.252	1.324.880				

(NOTA 12) – Capital: O Capital Autorizado é de 48.000.000 ações nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, dividido em 12.000.000 Ações Ordinárias, 119.072 Preferenciais "A", 35.880.928 Ações Preferenciais "B".

ARAGUAIA HEVEA S.A

Roberto Amaral
Diretor Presidente

Hélio Aparecido de Araújo Junior
CRC 1SP 198358/O-2 S/MT

"RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES"

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da ARAGUAIA HEVEA S.A.

Examinamos as Demonstrações Contábeis da ARAGUAIA HEVEA S.A., que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Base para Opinião com Ressalva. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 5, a administração não adotou o CPC 27 – Imobilizado, que permite avaliar ao valor justo os seus bens. Os possíveis reflexos, principalmente no valor das terras, não foram mensurados. Conforme Nota Explicativa nº 6, as operações líquidas até o exercício de 2009 estão sendo apresentadas no Ativo Intangível (Diferido) e detalhadas na Demonstração das Despesas de Organização, Reorganização e Modernização do Exercício. Esse procedimento está sendo efetuado para fins de apresentação à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). As Práticas Contábeis determinam que essas operações sejam contabilizadas no Resultado do Exercício, e transferidas ao Patrimônio Líquido na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Os Impostos e Contribuições registrados no Passivo Circulante e descritos na Nota Explicativa nº 7 e 8, não estão sendo recolhidos e não foram atualizados. Não foi possível quantificar os efeitos desses valores nas Demonstrações Contábeis. Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos que possam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos Base para Opinião com Ressalva, as Demonstrações Contábeis referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ARAGUAIA HEVEA S.A. em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros Assuntos. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para fins comparativos não foram auditadas.

São Paulo, 21 de Setembro de 2012.

MILTON MIRANDA RODRIGUES
Sócio - Diretor
Contador - CRC 1SP 112905/O-5 S-MT
CPF N.º 032.231.618-99

Particulares

VILMA DE SOUZA NOVELINO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 459038

VILMA DE SOUZA NOVELINO, CPF/MF nº 688.298.332-15, torna público que recebeu da SEMA/PA a Autorização de Funcionamento - AFAR n.º 956/2012, válida até 24/09/2013 para atividade pecuária em imóvel denominado Fazenda Sidergil, localizado no município de São Francisco do Pará, Estado do Pará.

MANOEL FERREIRA COSTA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 459062

Manoel Ferreira Costa, CPF: 116.940.337-91, torna público que requereu à SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente – PA, Licença Ambiental Rural – LAR para a atividade pecuária, para sua propriedade Fazenda Tabajara, que tem área total de 1.086,7592 ha, localizada no Município de Rondon do Pará/PA.

ROSS MARY MOREIRA COSTA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 459063

Ross Mary Moreira Costa, CPF: 377.244.362-15, torna público que requereu à SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

– PA, Licença Ambiental Rural –LAR para a atividade pecuária, para sua propriedade Fazenda Volúpia, que tem área total de 241,9464 ha, localizada no Município de Rondon do Pará/PA.

LUIZ CARLOS TEIXEIRA BARROS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 459383

LUIZ CARLOS TEIXEIRA BARROS recebeu da SEMA/PA LO nº 6.856/2012 para extração de areia, localizada na Trav. Pau Amarelo, Lt. Nº 43, Nova Timboteua/PA, Proc. 10.405/2012.